

Policiais prometem recorrer à Justiça contra unificação no Rio

Para associação dos delegados, medida do governo é inconstitucional

ROBERTA PENNAFORT

RIO – A unificação das Polícias Civil e Militar, projeto do governador Anthony Garotinho (PDT) denominado “nova polícia”, já causa polêmica entre entidades policiais. O presidente da Associação dos Delegados de Polícia (Adepol), Wladimir Reale, garante que, assim que a união entrar em vigor, a categoria vai à Justiça arguir a “inconstitucionalidade” da medida.

“A unificação é um factóide de Garotinho, como os outros que ele inventa quando se vê pressionado pelo aumento da criminalidade”, afirmou o delegado. A Adepol não é contra a nova polícia, mas não a apóia da forma como foi idealizada, dis-

se Reale.

O comandante-geral da PM fluminense, coronel Wilton Soares Ribeiro, rebateu as críticas, afirmando que a unificação vai trazer benefícios para o Rio.

Estatística – O secretário de Estado de Segurança Pública, coronel Josias Quintal, afirmou que “o objetivo da medida é melhorar a imagem da polícia”. “As estatísticas mostram que na média de janeiro a agosto tivemos o menor índice de violência dos últimos dez anos.”

O coordenador do Núcleo de Defesa dos Policiais Cíveis, Cláudio Cruz, acredita que o projeto ainda não foi

SECRETÁRIO
QUER
IMAGEM
MELHOR

bem explicado à classe. “Do jeito que vem sendo apresentada, a unificação nos parece algo totalmente equivocada, uma aberração”, disse Cruz. “Não se pode equiparar autoridades policiais cíveis e militares, como um capitão e um escrevente.” (Colaborou Felipe Werneck)